

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.367 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2001

## Tebet convoca líderes para definir prioridades

Novo presidente do Senado promete intenso diálogo com as lideranças, muito trabalho a fim de dar resposta à sociedade e “absoluta isenção e apego à lei”

**R**amez Tebet anunciou que vai convocar para amanhã reunião do colégio de líderes, pois quer conhecer suas preocupações e as prioridades para a atuação do Senado. Tebet disse que vai exercer a presidência na plenitude de seus direitos e deveres, o que inclui presidir as sessões do

Congresso Nacional e compartilhar decisões com os demais integrantes da Mesa diretora. Observou não haver nada que o afaste de qualquer partido na Casa: “Estão todos convocados para trabalhar pela paz e no sentido de corresponder às expectativas da sociedade em relação ao trabalho do Legislativo”.

Tebet acredita que “o Senado poderá ter ritmo normal de trabalho”, apesar do caso Jader Barbalho e da proximidade das eleições de 2002



PÁGINA 5



## Comissão do Mercosul discute conflitos na Ponte da Amizade

PÁGINA 8

## Senadores homenageiam os cem anos de Alberto Pasqualini

PÁGINA 3



## Plenário examina a proposta de Ademir que beneficia setor produtivo

O Plenário inicia hoje a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade que aumenta o percentual de receitas tributárias destinado ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

PÁGINA 3



## Companhias aéreas debatem no Senado a crise gerada pelos atentados terroristas

PÁGINA 8

# Comissão ouve hoje dirigente do Vasco

Vice-presidente Mário Cupello deverá esclarecer novas denúncias e documentos

O vice-presidente de Finanças do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello, vai depor hoje, a partir das 10h, na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro. O dirigente vascaíno, que já compareceu à CPI, foi reconvoado em virtude do surgimento de novos documentos e denúncias que comprometeriam seu depoimento prestado no início do ano.

A assessoria da CPI informou que, desta vez, Mário Cupello foi intimado pessoalmente para prestar novo depoimento. Caso não compareça — semana passada ele deixou de vir à CPI e nem sequer apresentou justificativa —, será conduzido de forma coercitiva pela Polícia Federal para depor, em data a ser marcada.

Cupello terá que esclarecer, entre outras coisas, o destino de um cheque no valor de US\$ 110 mil que o Vasco recebeu da Confederação Sul-Americana de Fu-



tebol, endossado pelo então vice-presidente de futebol do clube, deputado Eurico Miranda, e que acabou sendo depositado em Nova York em uma conta com nome de fantasia de *Diamond*. A diretoria do Vasco alega ter pago com o cheque despesas do clube com um jogo contra o Real Madrid.

## FLAMENGO

A comissão, presidida pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR), ouve amanhã o presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva, e o ex-presidente Antônio Augusto Dunshie de Abranches. Autor do requerimento que convocou os dois, o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), entende que a convocação de Edmundo Santos Silva se justifica pelo fato de ele não ter cumprido a promessa, feita em seu último depoimento à comissão, de encaminhar a documentação para comprovar a veracidade de suas declarações.

Para Althoff, a presença de Abranches servirá para esclarecer a origem de uma conta nas Ilhas Cayman em nome do Flamengo.

# Moreira homenageia o "Diário da Amazônia"

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lembrou os oito anos de existência do *Diário da Amazônia*, de Rondônia, completados na última quinta-feira. Ele mencionou o início da trajetória do jornal, fundado por três amigos — Assis Gurgacz, Acir Marcos Gurgacz e Emir Sfairnunca — que idealizavam um veículo "comprometido com a ética, com a verdade e com a lisura



Diário funciona em vários estados, disse Moreira

das informações".

Moreira ressaltou o trabalho desenvolvido pela equipe de jornalismo do *Diário da Amazônia* e seu profissionalismo na discussão da política regional, o que tornou o jornal "uma das empresas de comunicação de maior credibilidade da Região Norte.

O senador disse que o jornal tem tiragem de 7 mil exemplares e circula em vários estados.



TERÇA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2001

AGENDA

Senador Ramez Tebet  
Presidente

10h — Recebe o senador Jorge Bornhausen

14h45 — Recebe o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto

## PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Horário do expediente: destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-senador Alberto Pasqualini.

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; requerimentos solicitando a criação de uma comissão temporária para discutir e consolidar a legislação vigente e em tramitação no Congresso Nacional sobre direitos e vantagens dos idosos, com o objetivo de elaborar proposição legislativa que disponha sobre o Estatuto do Idoso; solicitando seja formulada consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de as mensagens relativas a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons serem apreciadas em caráter terminativo pela Comissão de Educação; entre outros.

18h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: votação do PLN nº 31/01, que altera o Plano Plurianual para o período de 2000/2003, apreciação de projetos de decreto legislativo e matérias aprovadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. *Plenário da Câmara dos Deputados*

## COMISSÕES

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do vice-presidente de finanças do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo

Pauta: audiência pública com a presença dos presidentes Celso Cipriani, da Transbrasil; Constantino de Oliveira, da Gol Transportes Aéreos; Daniel Mandelle Martin, da TAM; Ozires Silva, da Varig; e Wagner Canhedo, da Vasp, com o objetivo de discutir a "Situação da Aviação Comercial Brasileira". *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: projeto que obriga as emissoras de televisão a utilizarem linguagem de sinais em todas as veiculações do governo federal; projeto que denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre" o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: discussão de relatório apresentado ao PLN nº 10/01, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

17h — CPI das ONGs

Pauta: depoimento do deputado Neivo Beraldin, presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: requerimentos solicitando que o Senado formule voto de censura junto ao governo do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação ao tratamento recebido pelas mulheres naquele país; solicitando que o Senado formule

voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, apontando a indignação dos brasileiros frente ao anúncio de que irão clonar seres humanos; solicitando a aprovação de manifestação de louvor à reconciliação e à reaproximação com vistas ao processo de reunificação pacífica entre as Repúblicas da Coreia e Popular Democrática da Coreia; solicitando voto de apoio aos parlamentares dos países-membros da União Interparlamentar, que apóiam a criação de imposto sobre transações cambiais, de alíquota reduzida, com vistas a reduzir a especulação e evitar a desestatização das moedas nacionais, conforme proposta de James Tobin, Prêmio Nobel de Economia, e que seja destinada a arrecadação do imposto ao atendimento de necessidades globais mais urgentes; e mensagens que submetem ao Senado, para exercerem cargo de embaixadores, os nomes dos ministros Celso Luiz Nunes Amorim, junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Luiz Felipe de Seixas Corrêa, chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, junto à República de Moçambique e do Reino da Suazilândia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: audiência pública sobre o tema "Fronteira Brasil-Paraguai, Conflitos na Ponte da Amizade", com a presença do embaixador do Paraguai, Luis Gonzalez Arias; do prefeito de Foz do Iguaçu, Celso Sânis da Silva; do presidente da Associação Comercial de Foz do Iguaçu, Wanderley Bertolucci Teixeira; do secretário da Receita Federal, Everardo de Almeida Maciel, e de representante do Ministério das Relações Exteriores. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PDL que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Rede TV!) nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente.

Convidados: Juarez Martinho Quadros dos Santos, secretário-executivo do Ministério das Comunicações; Duciran Van Marsen Farena, procurador da República (SP); Fábio Saboya, TV Manchete; Nilton Martins, diretor coordenador do Sindicato dos Radialistas de São Paulo; Amílcare Dallole Jr., presidente da Rede TV!; Marcelo de Carvalho Fragoli, vice-presidente da Rede TV!; e Cássio Casagrande, procurador do Ministério Público do Trabalho (RJ). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

## PREVISÃO DO PLENÁRIO PARA A SEMANA

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: substitutivo da Câmara a projeto do Senado que fixa diretrizes para conservação de energia; resolução que autoriza o estado da Bahia a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 54,3 milhões; projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados; PLC que revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; substitutivo a projeto do Senado que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre a relação jurídica financeira contratada entre o Banco do Nordeste (BNB), agência de Barra do Corda (MA), e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda (Copaba).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado discute PEC que beneficia setor produtivo

A proposta de emenda constitucional aumenta o percentual de receitas tributárias, como os impostos sobre renda e produtos industrializados, destinado ao financiamento da produção nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

## Denúncia de superfaturamento pode ser debatida

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), deverá analisar hoje, às 14h30, requerimento do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) convocando o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para comparecer ao colegiado. Ele discutiria com os parlamentares as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na execução de obras no Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, em Salvador (BA).



Carlos Bezerra é presidente da Comissão de Orçamento

Após auditoria, o TCU apontou irregularidades envolvendo R\$ 9,5 milhões, o que determinou, em abril deste ano, a suspensão das obras. No final de agosto, contudo, numa recomendação inédita, o TCU expediu parecer favorável à retomada das obras, com a condição de que as empresas contratadas ofereçam fiança bancária no valor equivalente ao que têm a receber para, segundo o relator da matéria no TCU, ministro Ubiratan Aguiar, firmar uma espécie de seguro contra eventuais superfaturamentos.

A retomada das obras vai depender também de decisão do Congresso Nacional, tanto para liberar os R\$ 29 milhões do Orçamento da União deste ano, quanto para aprovar os R\$ 2 milhões previstos na proposta orçamentária de 2002.

Para o presidente da Infraero, as obras deveriam ser retomadas de imediato, para evitar prejuízo que, segundo disse, cresce com a paralisação. A reforma do aeroporto está orçada em R\$ 232 milhões. As obras visam aumentar a capacidade do aeroporto de Salvador, de 2 milhões para 6 milhões de passageiros por ano.

Em primeiro turno, o Senado inicia hoje a discussão de proposta de emenda à Constituição, do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que aumenta o percentual de receitas tributárias destinado ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta eleva de 47% para 48% a parcela dos fundos constitucionais oriunda da arrecadação dos impostos sobre a renda, proventos de qualquer natureza



Ademir Andrade e Antonio Carlos Valadares são autores de PECs a serem discutidas hoje pelo Plenário



e produtos industrializados. De acordo com o texto, o percentual resultante do aumento elevará de 3% para 4% a parcela a ser aplicada em programas de financia-

mento do setor produtivo das três regiões.

Ademir Andrade justificou a iniciativa lembrando "a extrema desigualdade vivida pela sociedade brasileira", que "nunca se livrou das chagas da miséria e da injusta distribuição de renda". Ele também observou que o PIB das três regiões tem experimentado, nos últimos

anos, "severa redução".

PERMANENTES

Também em primeiro turno, o Senado realiza hoje o terceiro dia de discussão da proposta de emenda

à Constituição que torna o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira.

De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta exige que a lei fixe os valores anuais a serem colocados nos fundos, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais. Também proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo federal a eles recorra na ocorrência de incerteza quanto à arrecadação tributária e ao cumprimento das metas do déficit público.

## Plenário homenageia o centenário do trabalhista Alberto Pasqualini

O Plenário comemorará hoje, na hora do expediente, o centenário do nascimento de Alberto Pasqualini. Também hoje, às 14h30, no Salão Negro do Senado, será lançado o livro *Pasqualini - Textos Escolhidos*. A iniciativa dos dois eventos é do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que encabeçou requerimento solicitando a homenagem e assumiu a edição do livro. Simon também contribuiu para a publicação dos quatro volumes da obra completa do político gaúcho que integrou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a partir de 1946 e tornou-se um de seus principais ideólogos.

Nascido em 23 de setembro de 1901 no Rio Grande do Sul, o filho de imigrantes italianos Alberto Pasqualini formou-se em Direito em 1929, às vésperas da Revolução de 1930. Após apoio à empreitada que levou Getúlio Vargas ao poder, Pasqualini ingressou na política como vereador e, em 1943, assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do governo gaúcho na interventoria de Ernesto Dornelles.

Em 1945, Pasqualini desincompatibilizou-se com a ditadura do Estado Novo e fundou a União Social Brasileira (USB), que se fundiria nesse mesmo ano com o PTB gaúcho, partido pelo qual se elegeu senador em 1950. Concorreu duas vezes ao governo do Rio Grande do Sul - em 1947 e 1954 -, em ambas derrotado por

ampla coalizão conservadora. Faleceu em 3 de junho de 1960.

Foi pelos escritos em torno do trabalhismo como partido e programa social de poder e dos princípios que deveriam orientar a atividade política que Pasqualini veio a se notabilizar. São eles que explicam por que o centro de estudos e formação do atual Partido Democrático Trabalhista (PDT), que detinha e perdeu a sigla do antigo PTB, é denominado Fundação Alberto Pasqualini de Estudos Políticos.

### SOLIDARISMO

De formação cristã, Pasqualini concebia o trabalho como principal valor humano, fundamento da vida social e critério de justiça. Crítico de um capitalismo como forma de exploração do trabalho de muitos por poucos e da socialização dos meios de produção, Pasqualini professava um capitalismo reformado - um capitalismo solidarista, com socialização parcial dos lucros.

O PTB, como partido, seria a instituição que promoveria as reformas sociais e políticas que conduziram ao solidarismo, incluindo a reforma da própria política enquanto atividade. "Existe hoje, por assim dizer, uma situação conflitual entre política social, como ciência e arte, e a pseudopolítica social, que é um expediente demagó-



Alberto Pasqualini foi um dos principais ideólogos do Partido Trabalhista Brasileiro

gico para enganar, para iludir a opinião pública, em proveito de pessoas ou de grupos", afirmou Pasqualini em discurso de fevereiro de 1953.

A prioridade na solução dos problemas sociais, por sua vez, não deveria levar o trabalhismo a descuidar das questões de Estado e do crescimento econômico. No seu pensamento, "é imprescindível a intervenção do Estado na esfera econômica, quer para corrigir suas anomalias, quer para suprir as deficiências da iniciativa privada". Foi esse o preceito que orientou seu trabalho como relator do projeto de lei que criou a Petrobras.

## Congresso conclui hoje votação sobre o PPA

O Congresso reúne-se hoje, às 18h30, no Plenário da Câmara dos Deputados, para continuar a votação do substitutivo, de autoria do deputado Santos Filho (PFL-PR), ao projeto do governo que altera o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 2000 a 2003. Quarta-feira passada, o substitutivo, com emendas e ressalvas feitas pelos parlamentares, foi aprovado pelos deputados. O texto será votado agora pelos senadores.

O governo propôs a mudança na denominação de 44 programas e nos objetivos de outros 96. Foram apresentadas 498 emendas ao projeto do governo, a maioria delas, ainda que parcialmente, aceita pelo deputado Santos Filho. O relator explicou que 95% das novas fontes financiadoras das modificações propostas pelo governo estão vinculadas aos novos programas, o que "no mínimo reduz a margem de manobra do Congresso" para deslocar recursos de um para outro programa.

É o caso dos projetos que serão financiados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que possibilitarão a compra de 290 mil computadores para serem utilizados em 13,5 mil escolas públicas. A oposição não concorda que os equipamentos sejam adquiridos pelas concessionárias de telecomunicações, por considerar que a licitação favorecerá a Microsoft.



Para Osmar Dias, o presidente do PSDB quis exigir "fidelidade à corrupção"

## Osmar Dias está no PDT e quer CPI da Corrupção

Ao comunicar sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), o senador Osmar Dias (PR) disse que o presidente nacional do PSDB, quando quis impor a fidelidade partidária para tentar impedi-lo de assinar o requerimento de instalação da CPI da Corrupção, quis na verdade "exigir fidelidade à corrupção". Osmar Dias e seu irmão, senador Álvaro Dias (PR), saíram do PSDB devido ao episódio e se filiaram ao PDT no final de semana que passou.

Em discurso proferido ontem, Osmar Dias qualificou como "um absurdo" a posição da direção nacional do PSDB. Afirmou ter optado pelo PDT depois de ter conversado com PT e PMDB. Argumentou que, como vai lutar para que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) seja ainda instalada, sua presença em qualquer partido integrante da base aliada do governo seria indesejável.

— Vou insistir para que se completem as 27 assinaturas, para dar esta satisfação à sociedade brasileira, que deseja a instalação da CPI — afirmou o senador.

Osmar Dias observou que saía do PSDB "sem discurso de mágoa", mas observou que a atitude de seus dirigentes merece ser analisada pela classe política. Ele indagou se "a crise política não é consequência da crise moral que toma conta do governo federal e dos governos de muitos estados brasileiros".

O parlamentar defendeu a união dos partidos de oposição no Paraná para "varrer a corrupção que toma conta do governo do estado", e a formação de alianças

com o PMDB e com o PT. Osmar Dias afirmou que a população deseja uma auditoria para investigar contas do atual governo.

O senador criticou o presidente da República por não ter identificado na corrupção "uma das causas mais importantes da geração de pobreza no país", onde mais de 50 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da miséria. Também lamentou o fato de o país gastar R\$ 277 bilhões com o serviço da dívida e de ter apenas R\$ 11 bilhões previstos no orçamento para investimentos.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) saudou o novo colega de bancada, anunciando que pretende apresentar projeto qualificando como falta de decoro parlamentar a retirada de assinatura de requerimento para instalação de CPI. Já o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) lamentou a saída de Osmar Dias do partido e desejou que ele continue "prestando serviços ao Paraná e ao Brasil".

### FRONTEIRA

No mesmo discurso, Osmar Dias pediu a interferência do governo federal para a crise na fronteira do Brasil com o Paraguai. Os trabalhadores brasileiros sem documentos de imigração estão impedidos de trabalhar em Cidade do Leste, como consequência de movimento iniciado por desempregados paraguaios.

Osmar advertiu o Itamaraty de que as negociações chegaram a um impasse. O assunto, informou, será discutido na reunião desta semana da Comissão Mista Especial do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

estadual Neivo Beraldin. Ele vai falar sobre supostas irregularidades envolvendo duas ONGs que têm destacada atuação no estado. São elas: a Fundação Boticário e a Sociedade de Prevenção da Vida Selvagem (SPVS).

De acordo com o deputado, há

# CCJ analisa requerimento sobre a defesa de Jader

Senador pediu ao Conselho de Ética que lhe garanta o direito a ampla defesa antes de decidir sobre instauração de processo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa amanhã o requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), formulado na última reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que lhe garante o direito à ampla defesa antes que seja instaurado no conselho o processo por quebra de decoro parlamentar. O relator do requerimento é o senador Osmar Dias (PDT-PR).

O presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), indeferiu a solicitação de Jader de apresentar a sua defesa antes da votação do relatório que solicita a abertura do processo, mas acolheu o recurso do senador paraense para que o pedido fosse avaliado pela CCJ, alegando tratar-se de questão constitucional sobre direito à defesa.



Jader Barbalho foi indicado pelo PMDB para ocupar vaga na CCJ

Para os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) — autores do relatório —, o pedido não se justifica porque a ampla defesa só cabe quando o processo já foi aberto, o que ainda não ocorreu.

Ontem, Jader foi indicado pelo PMDB para ocupar um lugar na

CCJ em virtude do afastamento do ex-senador Pedro Ubirajara. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que a oposição vai arguir a suspeição do ex-presidente do Senado na votação do requerimento, uma vez que ele é parte diretamente interessada no assunto. A senadora não acredita que surta efeito qualquer manobra protelatória por parte do PMDB. Segundo ela, um pedido de vista do requerimento na CCJ não impedirá o Conselho de Ética de votar o relatório de Jefferson e Tuma nesta quinta-feira.

— Qualquer mecanismo protelatório não vai vingar, e só servirá para acirrar os ânimos e aumentar a pressão popular favorecendo a agilidade e rigor no processo investigatório — comentou Heloísa.

## Conselho de Ética deve votar o relatório na quinta-feira

Ao final da última reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada na quinta-feira passada, o presidente do colegiado, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) assegurou que o relatório que recomenda a abertura de processo contra o senador Jader Barbalho será votado nesta semana, na reunião marcada para as 9 horas da próxima quinta-feira.

Antes da votação, porém, os integrantes do conselho deverão apreciar o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o pedido de Jader para defender-se na atual fase das investigações, ou seja, antes da votação do relatório. A solicitação foi feita na reunião passada e indeferida pelo senador Juvêncio, que acatou o recurso de Jader

para encaminhamento da questão à CCJ, alegando tratar-se de matéria constitucional.

Juvêncio disse também que caso o parecer da CCJ não fique pronto até a reunião de quinta, o conselho vai apreciar o relatório dos senadores Romeu Tuma e Jefferson Péres que recomenda a abertura de processo contra Jader por quebra de decoro parlamentar.

### TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse não ter qualquer informação a respeito da disposição de Jader Barbalho de renunciar ao mandato de senador:

— Não sei de nada disso, só li nos jornais. A renúncia é um ato unilateral, depende somente dele. Não depende em nada do presidente do Senado — afirmou.



Juvêncio da Fonseca preside o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Tebet reiterou que sua atuação será pautada pela imparcialidade, "sem protecionismos", e enfatizou que está empenhado em evitar que o exame do caso Jader atrapalhe o andamento normal da Casa: "O Senado tem que olhar para a frente e trabalhar".

## CPI das ONGs vai examinar denúncias contra Fundação Boticário

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias contra a atuação de organizações não-governamentais recebe hoje, às 17h30, o presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado

estadual Neivo Beraldin. Ele vai falar sobre supostas irregularidades envolvendo duas ONGs que têm destacada atuação no estado. São elas: a Fundação Boticário e a Sociedade de Prevenção da Vida Selvagem (SPVS).

De acordo com o deputado, há

denúncias de que a Fundação Boticário vem comprando terras situadas em reservas que fazem parte do patrimônio natural do estado, principalmente no município de Salto do Morato. Neivo Beraldin acrescentou que as terras estão localizadas nas cabecei-

ras e nascentes dos rios e nem sequer possuem registro definitivo.

Neivo Beraldin vai falar também sobre a compra em massa de propriedades localizadas no litoral paranaense pela Sociedade de Prevenção da Vida Selvagem. Ele

adiantou que, segundo denúncias, essa organização não-governamental realizaria as transações imobiliárias em parceria com uma poderosa empresa norte-americana que, acrescentou, teria feito um contrato com a ONG para durar 40 anos.

# Tebet inicia diálogo com lideranças no Senado

Disposto a trabalhar para que o Poder Legislativo cumpra “aquilo que dele espera a sociedade brasileira”, novo presidente da Casa anuncia reunião com os líderes, na qual pretende discutir suas preocupações e prioridades

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse na manhã de ontem, em entrevista coletiva à imprensa, que pretende marcar sua passagem pela direção da Casa por um intenso diálogo com as lideranças partidárias, muito trabalho para que o Poder Legislativo cumpra “aquilo que dele espera a sociedade brasileira” e “absoluta isenção e apego à lei” no trato de todas as questões que forem submetidas à decisão da Mesa.

Para dar consequência a esses compromissos, Ramez Tebet anunciou que vai convocar reunião do colégio de líderes do Senado para amanhã, pois quer ouvir as lideranças sobre suas preocupações e prioridades para a atuação da Casa. Ele adiantou que pretende “dirigir o Senado junto com as lideranças, sem abrir mão das prerrogativas do cargo de presidente”.

Tebet observou que vai exercer



Ramez Tebet reafirma, em entrevista coletiva, sua intenção de presidir o Senado com “absoluta isenção e apego à lei”

a presidência na plenitude de seus direitos e deveres, o que inclui presidir as sessões do Congresso Nacional e compartilhar com os demais integrantes da Mesa as decisões que tenham de ser tomadas pela Comissão Diretora. Ele lembrou que já recebeu a visita do presidente da Câmara dos Deputados e que pretende marcar para breve uma reunião de trabalho com Aécio Neves.

A questão Jader Barbalho, ainda segundo Tebet, está vinculada atualmente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Caso o assunto chegue à Mesa, “será tratado de acordo com a lei e em conjunto com os demais integrantes do órgão”, garantiu. O senador considerou “difícil de prever” o prazo para a conclusão de um processo dessa natureza.

De acordo com o presidente do Sena-

do, não há nada que o afaste de qualquer partido na Casa e “estão todos convocados, parlamentares e partidos, para trabalhar pela paz e no sentido de corresponder às expectativas da sociedade em relação ao trabalho do Legislativo”. Apesar de questões como a de Jader Barbalho e a proximidade das eleições de 2002, Tebet disse acreditar que “o Senado poderá ter um ritmo normal de trabalho”.



## MINISTRO DO STJ FAZ VISITA DE CORTESIA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, em visita de cortesia, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Vicente Leal de Araújo (foto).

## João Alberto apóia proposta de recuperação do Rio Parnaíba

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) elogiou a proposta do Ministério Público dos estados do Maranhão e Piauí de recuperar e desenvolver o ecossistema do Rio Parnaíba. A proposta, explicou ele, pretende estabelecer um termo de conduta envolvendo organismos federais, as promotorias e os municípios dos dois estados e os proprietários e posseiros de terrenos banhados ou beneficiados pelo rio.

O senador lamentou a devastação sofrida ao longo da história pelo Rio Parnaíba, que teve suas matas ciliares derubadas; o leito, assoreado; as margens, desbarrancadas; e os peixes, mortos. Ele ressaltou ainda que a potabilidade da água do rio foi comprometida devido à descarga de esgotos de todo tipo.

A bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, informou João Alberto, ocupa aproximadamente 340 mil quilômetros quadrados, sendo a segunda mais importante do Nordeste em termos de drenagem, extensão, perenidade e de relevância como zona geográfica.



João Alberto lamenta devastação sofrida ao longo da história pelo Rio Parnaíba

João Alberto Souza ressaltou que a proposta do Ministério Público do Maranhão e do Piauí promoverá o envolvimento dos municípios que, até então, devido a carências institucionais e estruturais, nunca haviam assumido responsabilidade no processo de recuperação do Rio Parnaíba.

O senador acredita que, com a ação de todos os órgãos envolvidos, especialmente com a participação direta e sempre presente dos municípios e de sua população, o Rio Parnaíba será recuperado brevemente.



Ramez Tebet com dirigentes do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul

## Presidente recebe desembargadores de MS

Em sua primeira audiência no cargo, o novo presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem a direção do Judiciário de Mato Grosso do Sul. O senador reuniu-se com os desembargadores José Augusto de Souza, Rubens Bergonzi Bossay e

Remolo Letteriello, respectivamente presidentes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e do Tribunal Regional Eleitoral e ouvidor judiciário do TJ-MS.

De acordo com os desembargadores, foi “uma visita de cortesia, destinada a desejar êxito ao sena-

dor Ramez Tebet no cargo”.

Tebet reuniu-se, ainda, com o senador Edison Lobão (PFL-MA), vice-presidente do Senado, que ocupou a Presidência interinamente durante a licença do presidente anterior e os dias que se seguiram à renúncia de Jader Barbalho ao cargo na Mesa.

# Governo pode ser obrigado a usar língua de sinais na TV

O projeto será votado hoje pela Comissão de Educação. A adoção da linguagem que beneficia surdos-mudos valerá para mensagens do governo federal. Partidos políticos deverão utilizá-la em seus programas a partir de janeiro de 2006

O uso da língua brasileira de sinais, apropriada para os surdos-mudos, será obrigatório em todas as mensagens do governo federal na TV, conforme substitutivo do senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) que será votado, às 11h30, em turno suplementar, pela Comissão de Educação. Na última reunião, o relator incorporou voto em separado do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que propôs a supressão da alternativa de transcrição em legenda oculta.

O projeto estabelece que, 90 dias após a aprovação da lei, as mensagens dos poderes da União, as manifestações oficiais de seus membros e as campanhas institucionais serão veiculadas pela televisão interpretadas na linguagem dos sinais. O voto em separado também modificou o projeto original de Emília Fernandes (PT-RS) ao excluir



O projeto foi elaborado pela senadora Emília Fernandes e será submetido a votação suplementar

da aplicação imediata da lei os programas de propaganda eleitoral gratuita, que terão até 1º de janeiro de 2006 para adotar a linguagem.

Na mesma reunião, os senadores examinarão projeto de lei da Câmara que dá o nome de Gilber-

to Freyre ao Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes, além de sete projetos de decreto legislativo relativos à concessão de serviços de radiodifusão e relatórios de auditorias do Tribunal de Conta da União (TCU).

Ainda hoje, a Comissão de Educação realiza audiência pública, após a ordem do dia, para instrução do projeto de decreto legislativo aprovando o ato que renova a concessão da TV Ômega. O secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Juarez Martinho Quadros dos Santos, deve participar. Também foram convidados o procurador da República Duciran Van Marsen Farena; o representante da TV Manchete Fábio Saboya; o diretor coordenador do Sindicato dos Radialistas de São Paulo, Nilton Martins; o presidente da Rede TV!, Amilcare Dallevo Jr.; e o procurador do Ministério Público do Trabalho Cássio Casagrande.

## CCJ analisa regras que dificultam inclusão de nome em cadastro de inadimplentes

Projeto de lei apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) caracteriza como causadora de dano moral a inclusão indevida, ou em desobediência às formalidades legais, do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes. A proposta estabelece limites mínimo e máximo para fixação da indenização e disciplina as hipóteses de suspensão de registro no cadastro de devedores e a pena por cobrança judicial indevida. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Segundo o senador, a questão do registro nos bancos de dados de proteção ao crédito necessita melhor disciplinamento legal.

— Muitos abusos são cometidos e a reparação dos danos que originam nem sempre se dá de maneira rápida como deveria, visto que a legislação processual em vigor favorece a chicana e não há especificação legal dos parâ-



Paulo Hartung, autor do projeto, quer evitar abusos e garantir a reparação de danos de maneira rápida

metros — disse.

O projeto inclui o questionamento judicial da cobrança como causa suspensiva da informação negativa do consumidor, sujeitando o devedor, na hipótese de insubsistência da impugnação, a multa de 15% a 20% do valor do débito.

Ainda segundo o texto, a suspensão judicial do registro é

possível na hipótese em que o devedor não questiona o débito, mas sim o seu valor. Para isso, seria necessário o depósito, à conta do juízo, do valor que o devedor entender devido, devendo a ordem do juiz predeterminar a multa para a hipótese de a oferta ser julgada insuficiente.

O projeto determina também que a cobrança indevida ou excessiva importará na condenação do cobrador; que a indenização por dano moral será definida por arbitramento do juiz; que a condenação judicial deverá situar-se entre duas prestações e dez vezes o valor do crédito concedido; e que são responsáveis solidariamente pela inclusão do nome no cadastro a entidade gestora do banco de dados e quem solicita o registro.

— Com o estabelecimento de coresponsabilidade, espera-se minimizar os danos causados aos consumidores, pois o próprio gestor do banco de informações, para se acautelar, solicitará documentos do solicitante do registro.

## Mozarildo destaca encontro em Roraima sobre comércio exterior

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou a realização, em Roraima, da 35ª edição do Encontro de Comércio Exterior (Encomex), que apresentou ao empresariado os mecanismos que podem facilitar o ingresso na atividade exportadora e melhorar o desempenho daqueles já participantes.

O evento é resultado de parceria da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com a Federação das Indústrias de Roraima, Sebrae-RR, Associação Comercial e Industrial de Roraima, Câmara de Comércio Exterior, Banco do Brasil e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Além de palestras sobre comércio exterior, foram organizados despachos executivos com técnicos da Secretaria de Comércio Exterior, para o esclarecimento de dúvidas sobre temas relativos ao setor. Paralelamente ao evento, foi realizado o Balcão de Serviços, com estandes de agentes e prestadores de serviços na área de comércio exterior.



Para Mozarildo Cavalcanti, iniciativa contribuirá para a geração de mais empregos

O evento, ressaltou o senador, foi uma oportunidade, “para os segmentos que têm interesse no processo exportador do estado de Roraima”, de compartilhar informações. Ele informou que, a partir do Encomex, as empresas locais estariam habilitadas e capacitadas para entrar no comércio exterior, gerando mais empregos na região e aumentando o saldo da balança comercial.

Mozarildo ressaltou a presença de representantes de autoridades e especialistas em comércio exterior da Venezuela e Guiana.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h — Saúde/Unip — Reabilitação de paralisias  
6h30 — Debate — A deputada cubana, Joandra Muro Vale, e o deputado mexicano, Jaime Martínez Veloz, falam sobre o novo pensamento latino-americano  
7h30 — Entrevista — O sen. Bernardo Cabral fala sobre a defesa da Amazônia  
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — Saúde/Unip — Reabilitação de paralisias  
9h — As Cores do Brasil — Forte de Copacabana  
9h30 — Entrevista — O presidente do Conselho Nacional do Cinema, Gustavo Dahl, fala sobre a nova política do cinema  
10h — Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo — Audiência pública com a presença de Celso Cipriani, presidente da Transbrasil; Constatino de Oliveira, presidente da Gol; Daniel Mandelle Martin, presidente da Tam; Ozires Silva, presidente da Varig; Wagner Canhedo, presidente da Vasp, para discussão da situação da aviação comercial brasileira (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Educação (ao vivo)

13h30 — Debate — A deputada cubana, Joandra Muro Vale, e o deputado mexicano, Jaime Martínez Veloz, falam sobre o novo pensamento latino-americano  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — Sessão conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)  
20h30 — Entrevista — O sen. Bernardo Cabral fala sobre a defesa da Amazônia  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — CPI do Futebol — Depoimento do vice-presidente de Finanças do Vasco, Mário Cupello.  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
14h15 — Senado Notícias  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — A Voz do Brasil  
20h — Música e informação  
22h — Senado Notícias — Edição da noite  
23h — Vozes do Século 21

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Patrocínio critica desvio de verbas do Bolsa-Escola

Para o senador, é “revoltante” o uso eleitoreiro de dinheiro de programas destinados a carentes. “No longo caminho da fonte de recursos até o destinatário final, há terroristas tirando o pão da boca de crianças desnutridas”, afirmou

## Alcântara elogia êxito da CEF em diversas áreas

Ao analisar o Relatório e o Balanço Social do ano 2000 da Caixa Econômica Federal (CEF), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou o êxito da instituição na execução de seus programas, principalmente no que diz respeito ao financiamento imobiliário. Alcântara informou que a CEF investiu cerca de R\$ 7 milhões em programas de aquisição da casa própria, elevando a qualidade de vida de 400 mil famílias e gerando mais de um milhão de empregos. O senador também destacou a atuação da Caixa como financiadora do desenvolvimento no país, principalmente no setor de infra-estrutura urbana e de saneamento básico, e os programas da instituição dedicados ao financiamento de moradias para a população de baixa renda. Essa parcela da população, ressaltou, foi beneficiada com obras de habitação, urbanização de áreas degradadas e aquisição de equipamentos comunitários. Alcântara registrou, ainda, a atuação da Caixa na área de administração e transferência de benefícios, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Seguro Desemprego, o Programa de Integração Social (PIS) e a Previdência Social.



Alcântara analisou Relatório e Balanço Social do ano 2000 da Caixa Econômica Federal

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) lamentou os atentados terroristas contra os Estados Unidos, mas considerou também terrorismo os desvios feitos no Brasil do dinheiro destinado a programas para carentes. Em especial, ele se referiu aos recursos do Bolsa-Escola – “miseráveis” R\$ 15 por criança mantida em escola –, que estariam sendo usados para fins eleitoreiros em prefeituras do Ceará, Alagoas e Minas Gerais, segundo denúncia do jornal *Folha de S. Paulo*.

Carlos Patrocínio lembrou que, durante a votação da proposta de emenda à Constituição

que instituiu o Fundo de Combate à Pobreza, demonstrou sua preocupação com a possibilidade de os recursos serem desviados por políticos inescrupulosos. “No longo caminho da fonte de recursos até o destinatário final, há terroristas tirando o pão da boca de crianças desnutridas. Isso é revoltante”, afirmou.

O senador conclamou as autoridades a fiscalizar melhor a destinação de recursos para programas como Bolsa-Alimentação, merenda escolar e Bolsa-Escola, para identificar irregularidades e punir os infratores. Ele reconheceu que o Mi-

nistério da Educação vem bloqueando os recursos destinados a prefeituras nas quais têm havido desvios. “O problema é que, com o bloqueio dos recursos, todas as crianças são prejudicadas. É preciso celeridade na punição dos culpados para que os programas possam ter continuidade”, argumentou.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apoiou a manifestação de Carlos Patrocínio, afirmando que a indignação do senador pelo Tocantins “é também de toda a nação”. Edison Lobão acrescentou ter certeza de que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, tomará



Patrocínio pede rapidez na punição dos culpados para garantir a continuidade do programa

“providências severas para localizar, identificar e punir os responsáveis”.

## Bahia vai iniciar novo ciclo de desenvolvimento, prevê Souto

A Bahia inicia um novo ciclo de desenvolvimento industrial em 2001 com as inaugurações dos complexos industriais da Ford, no próximo dia 12, e da Monsanto, em novembro, e com a reestruturação do pólo petroquímico de Camaçari. O anúncio foi feito ontem pelo senador Paulo Souto (PFL-BA).

O senador lembrou a luta dos baianos em torno da medida provisória que permitiu a integração do Nordeste na política automotiva nacional e ressaltou que as dificuldades de entendimento entre uma unidade da Federação e a Ford incentivaram o governo da Bahia a implantar a montadora automobilística no estado.

A Ford investiu US\$ 1,9 bilhão e os fornecedores cerca de US\$ 700 milhões na construção da fábrica em uma área de 4,7 milhões de metros quadrados, que teve a participação de 200 empresas, informou. Ainda de acordo com Paulo Souto, a fábrica gerará 5 mil empregos diretos, 40% deles a serem ocupados por mulheres, e 50 mil indiretos, além de obedecer a todas as recomendações das entidades ecológicas, como aproveitamento de luz, ventilação natural e controle de resíduos. Com a implantação da empresa, cuja produção anual prevista é de 250 mil veículos, o senador enfatizou que o PIB baiano crescerá de 3 a 4 pontos percentuais.

Já o complexo Monsanto, informou Paulo Souto, investiu um total de US\$ 550 milhões para produzir o herbicida Roundup, que só atua no



Souto saúda implantação de indústrias e reestruturação do pólo petroquímico de Camaçari

mato germinado e não na semente. O senador explicou que esse herbicida é muito usado em jardinagem nos EUA por ser sistêmico, agindo sobre toda a planta, e degradar-se naturalmente, evitando a contaminação do lençol freático. De acordo com o parlamentar, as obras para a construção da fábrica já empregaram 4.500 trabalhadores e está prevista a abertura de mais 1.400 postos de trabalho.

Outro fato comemorado pelo senador é a reestruturação do pólo petroquímico de Camaçari, que será expandido pela união de seis empresas, “possibilitando mais competitividade, eficiência e produtividade”. Segundo Souto, o pólo já nasce com porte global, liderando a produção de resinas termoplásticas na América Latina, com diversidade de produtos e acesso ao mercado mundial.

## Eduardo defende presença do poder público em todas as regiões

Ao defender a multiplicação da presença do Estado, em seus vários níveis, nas diversas regiões do Brasil, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) ressaltou a importância dessa política para a construção de um novo país, “ordenadamente ocupado, sustentavelmente desenvolvido e soberano”.

Embora reconheça que em algumas regiões essa presença já é suficiente “e até excessiva”, Eduardo frisou que não é o que ocorre no Norte e no Centro-Oeste do país, onde as distâncias e o isolamento das populações têm como consequência a falta de assistência, o abandono, a miséria e a exclusão do processo de desenvolvimento. Na avaliação do senador, a ausência do poder público é uma das causas da ocupação desordenada dessas áreas, da pobreza e do desrespeito ao meio ambiente, podendo levar a conflitos ligados à questão fundiária.

Eduardo Siqueira Campos louvou o esforço de senadores, governadores e outras lideranças pela redivisão dos estados do Norte e do Centro-Oeste e ci-

tou o caso do estado do Tocantins, que, salientou, foi criado no momento certo, antes que ocorresse a ocupação desordenada da região. Ele aproveitou a ocasião para anunciar o início do processo de criação de seis novos municípios em seu estado, que conta agora com um total de 145.

A multiplicação da presença do poder público, na avaliação do senador, é uma questão de segurança nacional, “uma vez que aumentam os indícios e as denúncias da ação dos interesses internacionais com vistas à desnacionalização da Amazônia, da biopirataria que ali acontece e das rotas do crime que se multiplicam”.

Eduardo cobrou atitudes concretas de apoio por parte do governo, inclusive financeiras, para que a ocupação sustentável da Amazônia ocorra com urgência e com o maior êxito, e ainda a conclusão de programas como o Sivam e o Zoneamento Ecológico Econômico, há mais de dez anos em gestação sem operarem, de fato, como instrumentos para essa ocupação.



Eduardo Siqueira Campos chamou atenção para o isolamento das populações no Norte e no Centro-Oeste

# Comissão do Mercosul debate conflitos na Ponte da Amizade

A audiência, que será realizada às 17h30, terá a participação do embaixador do Paraguai no Brasil e do secretário da Receita Federal

Os conflitos ocorridos na Ponte da Amizade, localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai, serão discutidos hoje em audiência pública, a partir das 17h30, pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Os desentendimentos na área começaram há dez dias, quando paraguaios bloquearam a ponte em protesto contra os brasileiros que trabalham no comércio de Ciudad del Este, vizinha ao município de Foz do Iguaçu (PR).

Devem participar do debate o embaixador do Paraguai no Brasil, Luís González Arias; dois parlamentares paraguaios; o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o prefeito de Foz do Iguaçu, Celso Sânis da Silva; o presidente da Associação Comercial de Foz do Iguaçu, Wanderley Bertolucci Teixeira; e um repre-



Senador Roberto Requião é o presidente da Comissão Parlamentar do Mercosul

sentante do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo informações da imprensa, a situação voltou a ficar tensa nos dois lados da fronteira na manhã de ontem, após a inter-

dição da Ponte da Amizade por sacoleiros e comerciários brasileiros. As sucessivas manifestações ocorrem em protesto contra a alegada perseguição do governo e dos sindicatos paraguaios aos brasileiros que trabalham em lojas de Ciudad del Este.

## PARECERES

Na semana passada, a Comissão Parlamentar do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovou pauta com oito itens, entre os quais parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a acordo entre Brasil e Paraguai para conservação da fauna aquática no curso do Rio Paraguai. Outro parecer aprovado, do deputado Celso Russomanno (PPB-SP), refere-se a tratado sobre transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial entre os dois países.

# Comissões e empresas aéreas discutem a crise na aviação

Dirigentes das companhias aéreas comerciais brasileiras deverão participar hoje de reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Subcomissão de Turismo do Senado para discutir a crise no setor, que vem se arrastando ao longo dos últimos anos e se agravou com os atentados terroristas nos Estados Unidos. Os ataques também aprofundaram a crise vivida por companhias aéreas internacionais, principalmente norte-americanas, que vêm sofrendo queda nas cotações das suas ações no mercado e redução do número de passageiros.

Está prevista a participação no debate, marcado para as 10h, dos presidentes da Transbrasil, Celso Cipriani; da Gol, Constantino de Oliveira; da TAM, Daniel Mandelle Martin; da Vasp, Wagner Canhedo; e da Varig, Ozires Silva.

Segundo o Departamento de Aviação Civil (DAC), o setor aeroviário brasileiro conheceu várias crises desde que o governo liberou sua exploração à iniciati-

va privada, em 1927, inicialmente para apenas duas empresas estrangeiras.

Nas décadas de 40 e 50, surgiram mais de 20 empresas, todas elas concentradas nas rotas do litoral. O mercado brasileiro não comportava tantas empresas, o que provocou várias falências e fusões. A pior crise aconteceria na década de 60, provocada, basicamente, pela concorrência excessiva e baixa rentabilidade. Isso levou o governo a promover, em 1961, a Conferência Nacional de Aviação Comercial (Conac), que se repetiu em 1963 e 1968, resultando na reorganização do setor e na criação de estímulos à fusão de empresas.

Para se ter uma idéia do estrangulamento vivido pelo setor, exatamente 335 cidades brasileiras eram servidas, em 1958, por linhas aéreas. Em 1975, esse número havia caído para 92 localidades. No ano seguinte, o governo incentivou a criação de empresas regionais, dividindo o país em cinco macrorregiões e destinando cada



uma delas a uma companhia. Assim, foram criadas a Nordeste (para atender à região Nordeste, parte do Espírito Santo e Minas Gerais); Rio-Sul (Região Sul, Rio de Janeiro, parte do Espírito Santo e São Paulo); Taba (Amazônia, outros estados da Região Norte e Centro-Oeste); TAM (Mato Grosso do Sul, parte de Mato Grosso e parte de São Paulo); e Votec (Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Pará, Minas Gerais e parte de Mato Grosso). Essa reforma tinha também como objetivo estimular o uso do avião Bandeirante, de fabricação nacional.

A partir de 1989, o governo deu início a uma política de flexibilização tarifária e em 1991 realizou a V Conac, que trouxe como resultado prático a liberação monitorada das tarifas aéreas domésticas.

# Voto de censura ao governo do Afeganistão será analisado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisará hoje requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para formulação de voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) apresentou parecer favorável ao requerimento, em que o senador do Acre aponta a "indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus tratos e humilhações pelo regime talibã".

Outro voto de censura proposto pelo senador Tião Viana a ser analisado pela CRE dirige-se aos cientistas Panayotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, que anunciaram a intenção de clonar seres humanos. O requerimento tem parecer favorável do senador José Sarney (PMDB-AP).

A CRE votará também requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) de voto de apoio, aplauso e congratulações aos parlamentares dos países-membros da União Interparlamentar que apóiam a criação de imposto sobre transações cambiais, de alíquota reduzida. O objetivo do imposto, explica o senador, é reduzir a especulação e evitar a desestatização das moedas nacionais. A arrecadação do imposto será destinada ao aten-



Tião Viana é autor do requerimento que aponta "indignação" ao desrespeito às mulheres afegãs

dimento das necessidades globais mais urgentes, como situações de calamidade pública, combate à pobreza, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento social. O senador José Coelho (PFL-PE) apresentou parecer favorável ao requerimento.

A comissão analisará ainda mensagens do presidente da República indicando o embaixador Celso Amorim para representar o Brasil no Reino Unido; Luiz Felipe Corrêa para chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; e Pedro Luiz Mendonça para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique, exercer cargo idêntico no Reino da Suazilândia.

# Tebet manifesta preocupação com efeitos de ataques aos EUA

O presidente do Senado, Ramez Tebet, expressou ontem preocupação com os efeitos no Brasil da crise internacional, provocada pelos ataques terroristas nos Estados Unidos, e disse que a Casa está acompanhando os acontecimentos.

— O Senado tem que atender

às exigências da situação atual. O mundo vive momentos dramáticos. Toda a humanidade está sendo afetada. O Senado precisa estar atento aos reflexos da crise internacional em nossa economia e dar a sua contribuição para a superação das dificuldades.



"O Senado precisa estar atento aos reflexos da crise internacional", afirma Tebet

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Patrocínio e Paulo Souto